CRIANÇAS CARENTES E A ESCOLA

GICELIA GALDINA DOS SANTOS

RESUMO:

No que se refere à escola, há várias questões a serem analisadas com o objetivo de aprimorar a qualidade da educação e o progresso dos alunos em todos os aspectos. Nesse sentido, o tema da vulnerabilidade social ainda é pouco discutido na formação do educador, apesar de ser uma problemática muito recorrente e percebida no dia a dia escolar. Por isso, a prática pedagógica deve ser direcionada para atender às demandas dos alunos, incluindo a vulnerabilidade social, que é um grande desafio para a equipe gestora, pois ainda há muito a ser compreendido. É essencial entender o que de fato é a vulnerabilidade social e quais são suas consequências na aprendizagem e no desenvolvimento dos seres humanos, uma vez que muitas vezes é uma realidade vivenciada por muitas comunidades educacionais. A educação nas instituições escolares e não escolares tem o potencial de esclarecer e encaminhar a segurança emocional de crianças e adolescentes. Com base nessa tese, a pesquisa tem como objetivo descrever o potencial terapêutico do brincar em um grupo de crianças em situação de vulnerabilidade de uma instituição não escolar. Os objetivos específicos são: a) caracterizar a condição de vulnerabilidade infantil; b) identificar as possibilidades terapêuticas do brincar com foco na vulnerabilidade infantil; c) investigar os impactos do brincar no âmbito socioemocional das crianças. O estudo aprofunda o potencial pedagógico do brincar, oferecendo bem-estar que pode proporcionar segurança emocional.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade social; Pratica docente; Aprendizagem e Desempenho escolar.

ABSTRACT:

When it comes to school, there are several issues to be analyzed with the aim of improving the quality of education and the progress of students in all aspects. In this sense, the topic of social vulnerability is still little discussed in educator training, despite being a very recurrent problem that is perceived in everyday school life. Therefore, pedagogical practice must be aimed at meeting students' demands, including social vulnerability, which is a major challenge for the management team, as there is still much to be understood. It is essential to understand what social vulnerability actually is and what its consequences are for the learning and development of human beings, as it is often a reality experienced by many educational communities. Education in school and non-school institutions has the potential to clarify and guide the emotional security of children and adolescents. Based on this thesis, the research aims to describe the therapeutic potential of playing in a group of vulnerable children in a non-school institution. The specific objectives are: a) characterize the condition of child vulnerability; b) identify the therapeutic possibilities of playing with a focus on children's vulnerability; c) investigate the impacts of playing on children's socio-emotional sphere. The study deepens the pedagogical potential of playing, offering well-being that can provide emotional security.

KEYWORDS: Social vulnerability; Teaching practice; Learning and school performance.

INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente social, onde a maioria das crianças passa a maior parte do tempo. Dentro de uma sociedade com vários problemas, como questões sociais, ambientais, econômicas e políticas, a escola é chamada a discutir diversos assuntos, como educação sexual e educação ambiental.

É fato que, mesmo sendo reconhecida a importância desses temas na rotina da sala de aula, muitas vezes a escola adota uma abordagem puramente conteudista, baseada apenas no livro didático, o que acaba transformando o conteúdo em algo isolado, sem conexão com a realidade. No entanto, mesmo que alguns temas possam causar desconforto a alguns profissionais ou até mesmo à sociedade, evitar discuti-los é privar os alunos de refletirem sobre a realidade em que estão inseridos, ignorando o papel da escola.

Além disso, se o propósito da educação escolar é a formação do ser humano, então são as necessidades humanas que determinam os objetivos da educação. Assim, o currículo escolar, a rotina e o planejamento devem ser baseados nessas necessidades (SAVIANI, 2004). E, embora não seja suficiente, a educação básica é uma condição necessária para o desenvolvimento crítico do aluno, permitindo o desenvolvimento não apenas cognitivo, mas considerando os diferentes aspectos do desenvolvimento humano.

Para isso, a escola precisa trabalhar na perspectiva dos contextos trazidos pelos

alunos, que fazem parte de sua realidade, sua formação como indivíduos e suas experiências familiares, nas quais estão incluídas situações de vulnerabilidade social. De acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o termo "vulnerabilidade social" refere-se às pessoas que se encontram sob a proteção social básica.

Caso a situação de vulnerabilidade social das famílias seja agravada, essas passam a ser reconhecidas como famílias em situação de risco, destinatárias da proteção social especial. Contudo, todas as características mencionadas são comuns no contexto das escolas públicas brasileiras, principalmente nas realidades com maiores índices de desigualdades socioeconômicas, como é o caso da realidade maranhense. A sociedade tem enfrentado diversos problemas sociais e, consequentemente, esses problemas também fazem parte do cotidiano escolar. Nessa perspectiva, a questão da vulnerabilidade social torna-se um ponto de discussão relevante, uma vez que muitos professores se deparam com situações recorrentes desse fenômeno social em sala de aula. Isso acarreta dificuldades para muitas equipes gestoras no gerenciamento da dinâmica escolar e no atendimento às demandas decorrentes das situações vivenciadas pelos alunos.

Não apenas as escolas públicas, mas a maioria enfrenta diariamente situações como o abandono escolar; a indisciplina na sala de aula; as dificuldades de aprendizagem decorrentes da falta de acompanhamento dos pais; a falta de interação ou a interação excessiva; as dificuldades na fala; a repetência por faltas no ano letivo; e o acompanhamento de casos junto ao conselho tutelar. Esses problemas estão se tornando cada vez mais comuns na rotina escolar, devido ao aumento da população em situação de vulnerabilidade social. O interesse pela pesquisa em questão é motivado por experiências em uma das escolas envolvidas no programa de Residência Pedagógica-CAPES, do qual somos parte.

A referida escola tem uma comunidade discente com um índice considerável de indisciplina na sala de aula, abandono escolar, dificuldade na relação entre família e escola, alunos tutelados e comportamento dos alunos que reflete uma criminalidade presente no cotidiano. No entanto, apesar dessa realidade, a escola em questão não possui um levantamento de dados sobre quantos e quais são esses alunos, e quais situações são mais recorrentes. Nesse contexto, é importante compreender os impactos da vulnerabilidade social, se já existem ações para intervenção pedagógica e como a equipe gestora e o corpo docente enxergam essas situações e lidam com elas, buscando a inclusão desses alunos em suas práticas educativas.

DESENVOLVIMENTO

A questão da vulnerabilidade social ainda é pouco discutida na formação do pedagogo. Apesar de ser extremamente comum e percebida no cotidiano escolar, além de representar um grande desafio para a equipe gestora, ainda há muito a se compreender sobre o tema. É especialmente importante compreender o que realmente é a vulnerabilidade social e quais são suas consequências na aprendizagem e no desenvolvimento dos indivíduos, uma vez que muitas vezes é uma realidade vivenciada por várias comunidades de estudantes.

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E DA FUNÇÃO DA ESCOLA

Há muitas discussões sobre a formação dos pedagogos, sobre as funções da escola e, consequentemente, do ensino. Em suma, o profissional é capaz de atuar em diversas áreas, sendo mediador do conhecimento e proporcionando reflexão ao indivíduo enquanto ser social, sendo o protagonista de sua própria história e agente da transformação na educação. Nesse sentido, Libâneo (2005, p.38-39) destaca.

O curso de pedagogia deve formar o pedagogo stricto sensu, isto é, um profissional capacitado para atuar em vários campos educativos para atender demandas educativas de tipo formal e não-formal, decorrentes de novas realidades – novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças no ritmo de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental – não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino.

Conforme evidencia o autor citado acima, o professor precisa proporcionar o conhecimento de diferentes realidades, indo além do seu próprio contexto. Nesse sentido, fica mais do que óbvio que, no que diz respeito à escola, esta deve considerar não apenas o que está além dos seus muros, mas também todas as questões que vêm dos portões da escola, ou seja, a realidade de cada aluno. Freire (1996, p.70) destaca a diferença entre ter o poder de "transformar/mudar o mundo" e ter o potencial de sensibilizar o aluno e instrumentalizá-lo para essa transformação, sendo este último o papel do professor. Ou seja, a prática docente é instrumento para a transformação das realidades. Em consonância com o papel do professor, trazemos como contribuição o que está disposto na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina que a escola tem o dever de educar os alunos dentro dos princípios democráticos.

Além disso, os Parâmetros Curricu-

lares Nacionais, desenvolvidos pela secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) em 1998, possuem dois objetivos essenciais: 1) compreender a cidadania como participação social e política, bem como o exercício dos direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando diariamente atitudes de solidariedade, cooperação e rejeição às injustiças, respeitando o próximo e exigindo o mesmo respeito para si próprio; 2) assumir uma postura crítica, responsável e construtiva diante de diversas situações sociais, utilizando o diálogo como meio de mediar conflitos e tomar decisões coletivas.

Resumindo, a escola que busca o desenvolvimento completo do aluno e que promove habilidades além do conhecimento cognitivo precisa ter princípios orientadores autônomos para romper com o sistema em vigor, no qual o ensino está focado apenas na capacidade de ingressar no mercado de trabalho. Em vez disso, a escola deve formar tanto mão de obra qualificada quanto cidadãos que reflitam sobre a própria realidade e enxerguem possibilidades de mudança independentemente das dificuldades enfrentadas em todos os aspectos da vida humana.

Segundo Paulo Freire (1996), a escola desempenha um papel muito mais amplo do que simplesmente transmitir conteúdos: ensinar envolve compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Libâneo (1995, p.96) afirma que o "objetivo da escola, portanto, é garantir que todos tenham o conhecimento e as habilidades necessárias para dominar todos os campos da atividade humana, condição para a redução das desigualdades de origem social".

O objetivo principal da escola deve ser tanto a promoção da cidadania quanto a busca por soluções para os problemas sociais que infelizmente fazem parte do dia a dia devido às desigualdades presentes na sociedade. Um dos desafios mais significativos que a escola enfrenta é o alto índice de evasão escolar.

A escola de qualidade tem obrigação de evitar de todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão. Tem que garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos. Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que crianças em idade escolar entrem na escola. É preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem.

Em síntese, qualidade “implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar (DEMO, 1994, p. 19).

IMPLICAÇÕES DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Um dos efeitos mais comuns é o aumento da taxa de evasão e abandono escolar, o que preocupa tanto os professores quanto as equipes de gestão. Quando não há uma evasão completa, muitos alunos passam um tempo considerável sem frequentar a escola, e durante esse período o processo de aprendizagem é completamente afetado, especialmente nos primeiros anos do ensino fundamental, onde os conteúdos são sequenciais e logicamente estruturados. No processo de alfabetização, por diferentes motivos, como questões econômicas, de saúde ou familiares, muitas vezes o aluno acaba perdendo conteúdos e comprometendo sua aprendizagem. Essa é a realidade de muitos estudantes das escolas públicas, que deixam de ir à escola por falta de meios econômicos para se deslocar ou por não terem um adulto para acompanhá-los no trajeto. Muito se discute sobre a obrigatoriedade da educação gratuita e vagas para todos, porém é necessário não apenas oferecer, mas também garantir a permanência dos alunos para que haja uma educação de qualidade.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005) mostra que: A proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de mposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (BRASIL, p. 16).

A Associação Nacional de Obras Assistenciais (ANOA) esclarece que o atendimento às famílias em situações de vulnerabilidade social, classificado dentro da proteção social básica, ou seja, as medidas preventivas, requer a participação da escola não apenas na compreensão dos contextos de vulnerabilidade, mas também na capacidade de implementar ações preventivas, de identificar e intervir. Como aponta Vasconcelos (2015, p. 9):

A realidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social, os espaços educativos, que os atendem, [...], requer desenvolvimento de uma educação que caminhe no sentido da atividade, de modo a posicioná-los como cidadãos incluídos, mediante uma Pedagogia comprometida com a mudança social e com foco nos direitos humanos. [...] pensar a educação para a emancipação/ inclusão social, o que acreditamos ser indispensável aos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, passa por uma reflexão, que coaduna com a necessidade de se construir no interior dos espaços educativos, principalmente, o escolar, processos, valores, relações, comportamentos, acesso a conhecimentos históricos e culturais que apontem para a superação da injustiça, do medo paralisante e da violência imposta pelos sistemas de exclusão. Que nestes se promova um ensino que tenha sentido social, que resulte em

ações conscientes e permitam por esta dinâmica a transformação dos sujeitos (p. 94).

O direito à educação de qualidade está relacionado a outros direitos, uma vez que são necessários meios adicionais para o acesso, além das condições para a aprendizagem e das habilidades inerentes ao desenvolvimento humano, como questões emocionais e fragilidade dos vínculos afetivos nos ambientes sociais em que o aluno convive, as condições de alimentação em sua casa, a moradia; todos esses aspectos terão impacto no desempenho escolar.

o Estado teria como responsabilidade de “eliminar” ou “reduzir as desigualdades”. O autor encerra seu trabalho escrevendo sobre vulnerabilidade de forma similar ao modo que o termo é incorporado na área da saúde: Como confirmado pela tese, os vulneráveis à renda são estreitamente conexos aos vulneráveis à educação de base. A análise desse movimento possibilitou demonstrar, dentre outros, que os grupos sociais destituídos das capacidades e das necessidades materiais básicas, apresentam uma imunidade muito baixa para o enfrentamento das adversidades da vida. Uma vez expostos, tornam-se vítimas fáceis da criminalidade, do envolvimento no mundo do tráfico e do consumo de drogas, além de toda espécie de agressões, esgarçando cada vez mais o degradado tecido constitutivo da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2015, p. 237).

Embora seja necessário que o Estado intervenha para enfrentar questões sociais e implementar políticas públicas para a infância e juventude, que visem melhorar o desenvolvimento dos alunos em vários aspectos escolares, a escola pode e deve realizar trabalhos com o objetivo de contribuir para lidar com essas questões mencionadas, seja por meio de projetos educacionais, atividades recreativas ou palestras. No entanto, o objetivo é promover nos alunos a aprendizagem e medidas preventivas tanto em relação à evasão escolar quanto ao uso de drogas, gravidez na adolescência, envolvimento com a criminalidade, entre outros. De acordo com Abramovay (2002, p. 29):

Ao contrário da situação de bem-estar, apresenta-se a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores.

A vulnerabilidade social afeta a vida das pessoas em todas as fases do desenvolvimento. Durante a infância, as vulnerabilidades estão relacionadas à falta de cuidados, falta de acesso à saúde ou abandono. Infelizmente, esses problemas não se limitam apenas à infância, mas também são frequentes durante a adolescência. Sapienza e Pedromônico (2005, p.210) confirmam essa afirmação:

Por exemplo, a adolescência é um período vulnerável para muitos, pois é uma fase do desenvolvimento em que ocorrem mudanças físicas e psicológicas; é quando o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais e dar mais valor aos pares; é também quando o indivíduo quer explorar uma variedade de situações com as quais ele ainda não sabe bem como lidar. Assim, um adolescente pode não saber ou não conseguir dizer não a um colega que ele admira e que está lhe oferecendo drogas.

No que diz respeito ao abandono, ele se manifesta de diversas maneiras. Existe o abandono disfarçado, que ocorre na prática, mas não é expresso nominalmente. É um tipo de abandono doloroso, pois, mesmo que não seja evidente, as crianças aparentam ter uma família, mas não possuem um vínculo afetivo de cuidado, proteção e responsabilidade, já que a mãe e/ou o pai não assumem efetivamente o seu papel. Essas problemáticas se estendem até a adolescência, resultando em mais adversidades sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa prevê a capacidade de estabelecer uma conexão entre questões problemáticas ligadas à pedagogia social e às práticas docentes relacionadas ao contexto social, com o objetivo de buscar a intervenção pedagógica preventiva. A pedagogia tem avançado no desenvolvimento de estratégias para lidar com desafios enfrentados pela comunidade em situação de vulnerabilidade social. Muitas crianças e adolescentes em idade escolar estão fora da escola. Aqueles que frequentam estão "presos" à instituição apenas para usufruir dos benefícios do governo, como é o caso do programa Bolsa Família, que busca incentivar a permanência escolar e garantir a sobrevivência familiar. Segundo Silva et al (2009, p.54).

Atualmente, a Pedagogia Social parece orientar-se sempre mais para a realização prática da educabilidade humana voltada para pessoas que se encontram em condições sociais desfavoráveis. O trabalho do educador social emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas de pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença.

Em relação ao conceito de exclusão social, Castel (2000, p. 32) afirma que as ações tomadas para combater a exclusão

substituem as políticas sociais mais amplas, com propósitos preventivos e não apenas reparadores, cujo objetivo seria controle, principalmente, dos elementos de desassociação social.

Nessa perspectiva, a fim de garantir realmente a existência de uma educação pública de qualidade, é necessário que a escola tome as medidas adequadas em relação à vulnerabilidade social. Dessa forma, é fundamental que não se mantenha em vigor a ideia de que apenas escolas particulares oferecem uma educação de qualidade. Muitas vezes, esse discurso acaba se tornando um meio de segregação causado pela própria escola. Além disso, a falta de parceria entre a família e a escola contribui para que a comunidade escolar assuma, em sua maioria, um papel passivo de esperar que haja diálogo com as famílias dos alunos. Com isso, não se rompem as barreiras existentes na escola, que não é vista como parte integrante da comunidade, perdendo assim o seu apoio para que a tão essencial parceria seja estabelecida de fato.

Assim, a escola, por se tratar de um espaço da comunidade, onde convive uma grande quantidade de crianças que pertencem à comunidade estudantil e convivem diariamente durante a maior parte do tempo, é uma instituição que exerce forte influência em vários aspectos do desenvolvimento de crianças e adolescentes, assim como a família.

Portanto, essas duas instituições (família e escola) desempenham um papel crucial na formação humana e na educação. Sopelsa (2000, p.34) argumenta que "desde o nascimento até a morte, o ser humano está sujeito a influências das pessoas, da sociedade e do mundo, e reage a essas influências de acordo com as bases que foram estabelecidas ao longo de sua existência, através de suas experiências e sentimentos".

As crianças que crescem em ambientes desfavoráveis, testemunhando ou sofrendo práticas violentas no seio familiar e com pouca estimulação por parte dos pais, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas influências negativas que lhes são impostas pelo meio em que estão inseridas (conforme Vygotsky, 1989). Dessa forma, a maioria das crianças apresenta na escola comportamentos semelhantes ao que vivenciam em casa, principalmente quando provêm de famílias que enfrentam situações de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resumidamente, de acordo com o estudo teórico realizado até este estágio de desenvolvimento da pesquisa, muitas pistas indicam que a violência na escola e a indisciplina na sala de aula representam um dos principais desafios enfrentados pelos professores na atualidade. Infelizmente, muitos desses alunos estão em situações de vulnerabilidade, conforme explicado por Vygotsky, e infelizmente acabam refletindo a realidade trazida de seus contextos familiares.

Muitas vezes, o professor desconhece essa realidade e acaba rotulando o aluno com diversos apelidos, deixando-o em segundo plano na sala de aula. Ao tecer críticas diante da turma, essas e outras práticas, de certa forma, acabam reprimindo o aluno e gerando repulsa pela escola, já que ele já está fragilizado pelas situações de vulnerabilidade vivenciadas fora da sala de aula.

De acordo com uma pesquisa conduzida por Ferreira e Marturano (2002, p. 40), crianças com problemas de comportamento são mais sujeitas à agressão física por parte dos pais; seu relacionamento com os pais é muitas vezes descrito como distante ou conflituoso, e elas recebem mais suspensões na escola. Isso demonstra claramente o quanto a vulnerabilidade das crianças e adolescentes, no âmbito familiar, social e comunitário, faz parte do contexto escolar, já que o aluno não pode separar essas esferas, uma vez que elas são parte integrante de sua vivência como ser humano, em constante processo de construção.

É imperativo que o professor tenha esse entendimento e interesse pelo aluno, pela realidade em que ele está inserido. Enfrentar as diversas dificuldades é uma tarefa árdua, porém, o primeiro passo é buscar maneiras de levar esses alunos a refletirem, dando-lhes a possibilidade de mudar a realidade em que vivem.

A soma de todos os aspectos mencionados pelo autor resulta na aquisição de conhecimento significativo e não apenas conteudista, uma vez que esse não é o único papel desempenhado pela escola. Em relação ao fato de que o corpo docente precisa lidar com as questões de vulnerabilidade social no contexto escolar, é importante ressaltar que, infelizmente, em muitos casos, ocorre a concepção do professor de que os alunos não têm interesse em aprender e, ainda pior, que são incapazes de aprender. No entanto, de acordo com Silva (2001, p.69), "a capacidade intelectual dos alunos, conforme avaliada pelos professores, acaba sendo determinada pela rotulagem que os professores aplicam a eles. Essa rotulagem é amplamente influenciada pela classe social dos alunos".

Em concordância, Grigorenko e Sternemberg (2003, p. 29) observam que estão conectados, ao passo que uma criança, para aprender, deve estar em bom estado físico, psicológico e social para se desenvolver plenamente. Segundo Coll (1994, p.103), os processos de ensino/aprendizagem na esco-

la são, essencialmente, interativos, com três elementos principais: o aluno, que está em processo de aprendizagem; o objeto ou objetos de conhecimento, que constituem o conteúdo da aprendizagem; e o professor, que desempenha o papel de ensinar com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos alunos. Nessa perspectiva, a aprendizagem deve levar em consideração a realidade do aluno, e o professor precisa possuir um olhar atento para despertar estímulos e reflexões sobre a realidade e a possibilidade de mudança.

No entanto, temos expectativa de encontrar na realidade escolar reflexos desse cenário, que são as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores. Ao analisar, nosso objetivo é refletir sobre a importância de considerar a realidade dos alunos, seus contextos e suas dificuldades, que são parte fundamental de seu processo de desenvolvimento e devem ser levados em conta na sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/14829397/80861882/name/Juventude+e+violencia+- +miriam+Abramoway.pdf Acesso em 20 de Janeiro de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma operacional básica. Sistema único de assistência social – SUAS. BRASÍLIA: Julho de 2005

BRASIL. MEC – Coordenação de educação Infantil – DPEIEF/SEB – Revista CRIANÇA – do professor de educação infantil. Brasília, DF, nº 42, dez/2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1979COLL, César. Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 1994.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, M B; BOGUS, L;

DEMO, Pedro. Educação e qualidade. Campinas, Papirus, 1994.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. Psicologia: Reflexão e Critica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Escola Vivida, Escola Projetada, 2ª Edição, Campinas, SP: Papirus, 1995.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIGORENKO, Elena L. STERNBERG, Robert J. Crianças Rotuladas- O que é Necessário Saber sobre as Dificuldades de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública - a pedagogia crítico-social dos conteúdos. - 13. ed. São Paulo, Ed. Loyola,1995.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, José Izecias. Vulnerabilidades e superação da desigualdade educacional no Brasil: Goiás em análise. 2015. vi. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de PósGraduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SAPIENZA, Graziela, PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, mai./ago., 2005, p. 209-216. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a07.pdf Acesso em 16 de Janeiro de 2024.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 15ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVA, Roberto da Silva, SOUZA NETO, Clemente de, MOURA, Rogério Adolfo de (Orgs.). Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SOPELSA, Ortelina. Dificuldades de Aprendizagem: respostas em um atelier pedagógico. 2 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

VASCONCELOS, Maria Goreth da Silva. Políticas Públicas e atendimento educacional: o papel da Casa Mamãe Margarida junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e vulnerabilidade social. 2015. vi. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Amazonas, 2015.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.